

ORGANIZAÇÃO, FORMAÇÃO E ATUAÇÃO POLICIAL DURANTE A “OLIGARQUIA ACCIOLY” EM FORTALEZA-CE (1896-1912)

Carlos Henrique Moura Barbosa*

Duas ou três palavras iniciais

Os fortalezenses dos primeiros anos da República presenciaram a composição ou a formação de uma oligarquia encabeçada por um chefe político dos tempos do Império, o Sr. Antonio Pinto Nogueira Accioly. Os políticos estaduais, inclusive o Sr. Accioly, passaram a estreitar laços com o governo Federal, principalmente, a partir do Governo Campos Salles e a sua “Política dos Governadores”. As fraudes eleitorais, os votos de cabrestos, os currais de eleitores espriavam-se por todo o estado cearense.

A “violência política” não se dava apenas nas urnas ou nos períodos eleitorais. Vários foram os contratos dos serviços públicos realizados por familiares¹ e amigos, empréstimos realizados sem conhecimento da população fortalezense, o alto honorário do Governador, o monopólio de venda de carnes, peixes e outros produtos e, principalmente, a repressão e as perseguições policiais.

O presente ensaio é constituído de algumas reflexões que estão sendo desenvolvidas na minha tese de doutorado². Objetivar-se-á neste texto esboçar questões relacionadas à organização, a formação, a atuação e a função da polícia na capital cearense durante a “Oligarquia Accioly” que vigorou entre 1896 a 1912. A partir da leitura das fontes percebeu-se a existência de duas forças policiais: o “Batalhão de Segurança” e a “Guarda Cívica”. Estas duas forças tinham uma formação militar e a

* Universidade Federal de Santa Catarina, Doutorando em História Cultural, Bolsista CAPES.

¹ “A família, entretanto, já estava toda muito bem colocada e todos, que eram paupérrimos antes do governo Accioly, estavam abastados, como provam os palacetes que edificaram (...). Todos os filhos do Sr. Accioly tinham empregos vitalícios e mais de um”. (TEÓPHILO, 1914, p. 39).

² O presente ensaio faz parte de algumas reflexões da tese “*Policiais e criminosos em Fortaleza durante a República Velha*” que desenvolvo no doutorado do programa de pós-graduação em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação do Dr. Henrique Espada Lima na linha de pesquisa Trabalho, Sociedade, Cultura.

função de manter a ordem na capital. O início do período republicano é um momento em que várias polícias estaduais passaram por um processo de militarização. Assim, percebeu-se que os homens responsáveis pelo policiamento de Fortaleza estavam em constante diálogo com a organização, a formação e a atuação de instituições policiais de outros estados que passavam pelo mesmo processo, especialmente, a polícia de São Paulo que teve a presença de representantes do Exército francês, entre 1906 a 1914, no treinamento de sua Força Pública, a chamada “Missão Francesa”. Destacar-se-á, também, a ação de uma “Polícia Secreta” responsável pela perseguição e repressão dos adversários políticos da oligarquia. Possivelmente, pode-se inferir que a polícia em Fortaleza neste período foi constituída a partir da intersecção de uma “doutrina militar policia”, de interesses privados e da experiência dos policiais no cotidiano das ruas. Para a feitura do ensaio utilizar-se-á uma massa documental composta por mensagens de presidentes do Estado, memorialistas, telegramas e jornais.

Batalhão de Segurança e Guarda Cívica: as forças policiais de Fortaleza

No período estudado, o policiamento da área central da cidade de Fortaleza era realizado, oficialmente, por duas forças policiais. A Guarda Cívica que tinha como função principal auxiliar a autoridade policial na “prevenção e execução das posturas municipais” (FONTELES NETO, 2005; 37) e o Batalhão de Segurança que auxiliava a Guarda Cívica. O Batalhão de Segurança era constituído por uma infantaria e um esquadrão de cavalaria que ficou conhecida pelas ações repressivas contra a população.

No início do Governo de Antonio Pinto Nogueira Accioly, em 1896, percebe-se um maior interesse na organização do Batalhão de Segurança para a “manutenção da ordem pública”³. A época o Batalhão estava sob o comando do Coronel Francisco Cabral da Silveira. Já a Guarda Cívica fica subordinada as ordens do Major Menezes Lyra.

Durante o Governo de Pedro Augusto Borges (1900-1904) a Guarda Cívica fora extinta e todos os seus oficiais e praças validas foram remanejadas para o Batalhão de

³ Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa do Ceará pelo presidente do Estado Antonio Pinto Nogueira Accioly, em 1º de julho de 1897.

Segurança. A justificativa do então presidente foi a necessidade de cortar gastos dos cofres públicos. O mesmo afirmava em 1901 que,

(...) para o corrente ano, extinguiu, no artigo. 2º, a Guarda Cívica, sendo seus oficiais e praças validas transferidos para o Batalhão de Segurança, cujo efetivo, pela fusão operada, se elevou a 535 praças e 28 officiaes, com uma secção de cavalaria formada com as mesmas praças do corpo⁴.

Com a extinção da Guarda Cívica houve um aumento da corporação do Batalhão de Segurança, o que, talvez, permita enxergar o interesse de fortalecer esta corporação. O policiamento de Fortaleza, no período em que Pedro Borges esteve à frente do governo, ficou única e exclusivamente ao encargo do Batalhão de Segurança. Nas localidades do interior o policiamento ficou sob responsabilidade dos poderes locais.

No entanto, ao voltar à liderança do Estado, em 1904, Nogueira Accioly reitera diversas vezes a necessidade de se criar uma “polícia civil” para fazer o trabalho de policiamento da Capital. E no ano de 1905, asseverava através de mensagem que,

Conviria modificar o regime a que está subordinado tão importante serviço, criando a policia civil com funções distintas das que por sua natureza incumbem a propriamente militar, destoando à manutenção da ordem e defesa dos poderes constituídos.

A partir de 1907, a cidade de Fortaleza passou a ser policiada pela Guarda Cívica criada pela lei nº 884 do mês de agosto de 1906. Todo o corpo de policiais da Guarda Cívica foi escolhido entre os homens do Batalhão de Segurança. Possivelmente, toda a formação da “polícia civil”, responsável pelo trabalho de policiamento da Capital, tenha sido feita dentro da caserna.

É valido notar que Nogueira Accioly enfatiza em suas mensagens que o Batalhão de Segurança possuía uma “Organização modelar pelo seu espírito de disciplina” e “uma instrução militar que cuidadosamente lhe há sido ministrada”. Interessante notar que nos autos escalões das duas forças que policiavam a cidade encontravam-se homens com formação militar.

A pesquisadora Regina Célia Pedroso, em *Estado autoritário e ideologia policial* (PEDROSO, 2005), discutiu a trajetória da instituição policial no Brasil e acabou por observar a existência de uma “doutrina militar policial” que fazia parte da

⁴ Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa do Ceará pelo Presidente do Estado Dr. Pedro Augusto Borges, em 1º de julho de 1901, p. 09.

sistemática da “ideologia do Estado Republicano” que começou a ser implantado em 15 de novembro de 1889.

Para Pedroso a “doutrina militar policial” tivera seu início em São Paulo no ano de 1906 com a implementação de técnicas de treinamento pelo Exército francês na Força Pública. A Força Pública de São Paulo ficou conhecida como “o pequeno exército paulista” (DALLARI, 1977) a partir da Missão Francesa que durou de 1906-1914 ⁵. Sobre a militarização da polícia paulista Pedroso, ainda, afirma que,

Com relação à militarização da polícia paulista, esta não só se restringia à parte operacional de doutrinação da tropa. Em setembro de 1909, o coronel Paul Balagny apresentou a Washington Luis, Secretário de Justiça e da Segurança pública do Estado de São Paulo, um projeto para a complementação do armamento e o equipamento da Força Pública, com o intuito de combate imediato, conforme o método moderno de guerrear. Com um custo total de oitenta e oito mil réis, previa a compra de metralhadoras, sub-metralhadoras, barracas, ferramentas diversas, equipamento para arreo da cavalaria, entre outros (PEDROSO, 2005; 84).

Por esta época, observa-se uma preocupação de Nogueira Accioly em dotar o Batalhão de Segurança dos mais modernos armamentos, de aumentar o seu contingente, de construir um quartel devidamente aparelhado, além de criar espaços para a formação e instrução de praças e oficiais.

Em mensagem, de julho de 1907, à Assembléia Legislativa, o então Presidente do estado, comunicava que parte do armamento *Comblain* do Batalhão encontrava-se em péssimo estado e que havia adquirido “para substituí-lo as modernas carabinas *Mausser*, cujas experiências evidenciaram desde logo sua superioridade”.⁶

A Força Pública do estado passou a ser constituída, principalmente, pelo Batalhão de Segurança e pelo Esquadrão de Cavalaria. Em 1909, em mensagem a Assembléia Legislativa o Presidente do estado enfatizava mais uma vez, que

Tanto o quartel do Batalhão de Segurança, como o do Esquadrão de Cavalaria, se encontram nas melhores condições de asseio, higiene e segurança.

⁵ Vale mencionar duas publicações recentes que permitem alargar os estudos sobre a polícia paulista: SOUZA, Luiz Antonio Francisco de. *Lei, cotidiano e cidade: polícia civil e práticas policiais na São Paulo republicana (1889-1939)*. São Paulo: IBCCRIM, 2009 e ROSEMBERG, André. *De chumbo e festim: uma história da polícia paulista no final do império*. São Paulo: USP/FAPESP, 2010. As duas obras foram apresentadas primeiramente como tese de doutorado.

⁶ Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa do Ceará pelo Presidente do Estado Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly, em 1º de julho de 1907, p. 25.

O armamento da infantaria, que era a carabina Comblain, está sendo substituído pela Mauser, modelo alemão, cuja superioridade sobre aquela não pode mais ser objeto de dúvida. A cavallaria está armada de lança Erhanlt e pistola Browning's, modelo belga⁷.

Entre os anos de 1909 e 1911, o Governo adquiriu para o Batalhão de Segurança e o Esquadrão de Cavalaria carabinas Mauser, lanças Erhanlt, pistolas Browning's e mosquetões. Exatamente, em 24 de maio de 1911, foi inaugurado um belo e vasto quartel para o Batalhão de Segurança, localizado na praça Benjamin Constant nos arrabaldes da Aldeota⁸.

Foi neste momento que se organizou a “Escola Regimental do Batalhão” que tinha uma média diária de 31 alunos constituídos de praças e filhos dos mesmos. Em 1910, mirando-se no que “tem feito outros Estados”, o Dr. Nogueira Accioly informava que os mesmos “ao lado da instrução técnica da sua força pública, não descuram da intelectual” e pedia que a Assembléia autorizasse “o Governo a criar para os oficiais um curso composto das disciplinas mais necessárias à prática da vida”.⁹

Haja vista que no ano de 1910, em São Paulo, “estabeleceu-se uma reforma voltada á formação dos soldados e oficiais” e criou-se uma Companhia Escola (visando instruir recrutas e os candidatos a cabo), um Curso de Instrução Geral (para oficiais superiores e inferiores), um Curso Especial de Instrução Geral (obrigatório para oficiais inferiores) e uma Secção de Esgrima (destinada aos oficiais inferiores e praças). (PEDROSO, 2005; 84-85).

Possivelmente, os homens responsáveis pelo policiamento de Fortaleza pareciam estar em constante contato com as ações do Governo paulista no que se refere à militarização da polícia. Tudo indica que durante a Primeira República as polícias legitimaram-se como instituições mantenedoras da ordem social e política.

A militarização das polícias estaduais, provavelmente, instituiu-se em consonância com a ordem constitucional vigente. Talvez, este diálogo entre as polícias

⁷ Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa do Ceará pelo Presidente do Estado Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly, em 1º de julho de 1909, p. 11.

⁸ Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa do Ceará pelo Presidente do Estado Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly, em 1º de julho de 1911, pp. 34-37.

⁹ Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa do Ceará pelo Presidente do Estado Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly, em 1º de julho de 1910, p. 10.

estaduais permita enxergar um projeto republicano de manutenção da ordem política e social.

O novo regime tendo como lastro justificador a manutenção da ordem política e social possibilitou que a atuação policial nas ruas de Fortaleza fosse marcada, em muitos momentos, por perseguições e repressões contra adversários políticos e até mesmo contra as manifestações realizadas pela população fortalezense.

Perseguições policiais: os secretas

Alguns memorialistas, que sofreram com as perseguições da polícia, recordam-se da existência de policiais que atuavam disfarçados, conhecidos como secretas. Estes agentes que não usavam farda, conhecidos como secretas, tiveram uma forte participação no espaço urbano de São Paulo no início do período Republicano, principalmente, na perseguição e na repressão aos militantes anarquistas. Segundo Leal, estes policiais que agiam a paisana eram conhecidos em São Paulo como “agentes de segurança”, “agentes secretos” ou simplesmente como “secretas”. (LEAL, 2006).

O segundo mandato do Sr. Accioly (1904-1908) teve início com derramamento de sangue. O Capitão Antonio Clementino de Oliveira diretor do “Jornal do Ceará”, folha que fazia oposição a administração aciolina, foi vitimado por uma emboscada planejada por policiais. Ao sair de sua residência rumo à redação, do jornal, foi agredido até ficar “sem sentidos, dentro de um lago de sangue” (TEÓPHILO, 1914, p. 21). O Coronel Agapito Jorge dos Santos, redator do “Jornal do Ceará”, era constantemente perseguido por soldados da polícia disfarçados e escapou “três vezes milagrosamente de ser assassinado em plena rua e de dia claro” (TEÓPHILO, 1914, p. 55). Outro homem de jornal a ser agredido pelos chamados secretas foi o jornalista Américo Facó que:

Uma noite Facó entrava na praça do Marquez do Herval, em companhia de seu amigo Junqueira Guarany. Inesperadamente foi agredido pelas costas, recebendo uma cacetada na cabeça que derribou. Os agressores eram quatro e só não o mataram por que Guarany, moço de grande coragem, sacou o estoque da bengala e se pôs na defensiva do amigo. Ao mesmo tempo as famílias que estavam nas janelas, gritavam pedindo socorro. (TEÓPHILO, 1914, p. 56).

À época, o estudante da Faculdade de Direito do Ceará Joaquim Pimenta sofreu perseguições da polícia por publicar no “Jornal do Ceará” críticas ao Conselheiro

Afonso Pena e escrever algumas linhas lamentando os rumos da República. Puxando pela sua retentiva Pimenta recorda-se que,

Eram mais ou menos três horas da tarde; estava só, na república, com uma erisipela e febre alta, lendo o lys Rouge de Anatole France, quando ouvi bater na porta. Chegando à janela, verifiquei que era um soldado com um convite do Delegado de Polícia, para que eu fosse à sua presença. Disse-lhe que estava doente, que quase não podia andar, que iria quando melhorasse. Minutos após, rumor de vozes na calçada, e em seguida um empurrão na porta, que cedeu à entrada em tropel de seis policiais armados de sabre. Pensei no revólver metido na gaveta da escrivaninha, mas o instinto de conservação deteve-me diante do número de invasores. Dentre eles destacou-se um que deveria ser cabo ou sargento:

- O recado não é do Delegado, mas do Dr. Chefe de Polícia; e temos ordem de levá-lo vivo ou morto! (PIMENTA, 2009; 170). (Grifos do autor)

Pimenta rememora que pelas ruas de Fortaleza era seguido “por secretas vindos do sertão, para servirem especialmente na Força Pública” (PIMENTA, 2009; 178). Estes homens rondavam pelas calçadas a “paisana de cacete, chapéu de palha de abas largas caídas sobre os olhos” (PIMENTA, 2009; 177). Lembra-se que os soldados da polícia usavam carabinas e cartucheiras.

Havia a preocupação por parte do governo com os homens de imprensa que escreviam nas folhas oposicionistas. Na madrugada do dia vinte e oito de janeiro de 1906, “alguns indivíduos penetraram no edifício do Unitário, rua Formosa nº 33, empastelaram os tipos e destroem alguns utensílios” (STUART, 2001, p.179). Segundo Rodolpho Teóphilo, o fiscal do Batalhão de Segurança, Carneiro da Cunha, juntamente com o Imediato da Companhia de Aprendizes Marinheiro, Severino Maia, encabeçaram a destruição da tipografia do jornal “Unitário”. Os dois responsáveis eram amigos do Sr. Accioly.

A polícia diante do ocorrido com a tipografia do jornal “Unitário” procedeu a “rigoroso inquérito” (TEÓPHILO, 1914, p. 59), mas não chegou a nenhuma conclusão, pois os dois suspeitos eram protegidos do governador. É interessante notar que o Comandante do Batalhão de Segurança, o Capitão Raimundo Borges, era genro de Nogueira Accioly. Provavelmente, o Batalhão de Segurança, a Guarda Cívica e a Polícia Secreta atuavam conjuntamente nas ruas da cidade.

Os comerciantes que trabalhavam com a venda de carne no mercado público sofreram diversas violências por parte da polícia. Criou-se um monopólio, por parte de alguns membros da oligarquia, da venda de carne e peixes. Aos soldados da Guarda

Cívica cabia tomar a carne e prender os vendedores. Várias eram as incursões feitas por policiais disfarçados pelos subúrbios com o objetivo de “caçar” os comerciantes de carne.

Em 1908, um grupo de acadêmicos da Faculdade de Direito do Ceará organizaram protestos contra a reeleição de Nogueira Accioly. A “sanha do governo concentrou-se em apenas dois estudantes Joaquim Pimenta e Florêncio Alencar, considerados líderes e por isso foram presos, passando uma série de vexames” (ANDRADE, 1986, p. 92). A partir do incidente com os Acadêmicos de Direito, o jornalista Frota Pessoa fez publicar nas folhas do “Unitário” uma carta em apoio às ações dos estudantes:

Mas, si vossa ânsia e angústia são tais que tudo preferis a ignomínia da servidão, então tirai toda a peia ao vosso desespero e transformai-vos de caça em caçadores (...) se vossa virtude cívica vos ordena a reagir, então, decididos peremptoriamente pela ação fecunda, pela atitude violenta da insubmissão da represália, da luta, em suma, decidi-vos pela revolução¹⁰.

Mesmo depois de sair da prisão Joaquim Pimenta sofrera perseguições da polícia. Pimenta afirma que ao sair à noite disfarçava-se “com calça de algodão, largo chapéu de palha, desabado, quase tapando o rosto ou sem disfarce, porém sempre precavido até com os varredores de rua, que bem poderiam ser assalariados, dissimuladamente de tocaia” (PIMENTA, 2009; 178). Lembra-se, ainda, que,

Em uma dessas noites, entre nove e dez horas, estava em um dos quiosques da Praça do Ferreira, quando vi que em derredor estacionavam cerca de oito indivíduos suspeitos. Outras pessoas que também os viram, foram cautelosamente saindo. Senti-me perdido, sem meios de defesa, ser ter para quem apelar. Por felicidade, do lado de fora, achava-se, sentado a uma mesinha de café, o professor Raimundo Ribeiro, em companhia do major Batista, oficial reformado do Exército, tido por homem disposto. Avisado do que ocorria, levantou-se bruscamente e, vermelho de indignação, intimou-os a se retirarem, ao mesmo tempo que o Major me tomava, com a mão esquerda, pelo braço, enquanto com a direita, metia no bolso do paletó, segurava o cabo do revólver. E assim me foi levar em casa, são e salvo. (PIMENTA, 2009; 178).

Os indícios expostos neste item deixam entrever a presença nas ruas de Fortaleza de uma Polícia Secreta responsável, principalmente, por perseguições políticas. Evidentemente, que o diálogo com outras fontes podem trazer mais vestígios sobre a

¹⁰ Unitário, 05/09/1908.

atuação dos chamados “secretas” durante a oligarquia encabeçada por Nogueira Accioly. No mais, percebe-se que a atenção dos policiais que agiam disfarçados voltava-se, principalmente, para os adversários políticos da oligarquia.

“Lá vem a cavalaria!”: repressão policial nos conflitos de 1912

As ruas, as praças, os cafés, as confeitarias eram veículos de informação. Espaços onde se discutiam as eleições de 1912 que estavam aproximando-se. As manifestações por parte da oposição intensificavam-se como passeatas, reuniões nas praças e em recintos fechados, distribuições de panfletos, discussões acaloradas nos cafés da praça do Ferreira. As críticas a oligarquia advinha de diversas direções, principalmente, de dois jornais o “Unitário” e o “Jornal do Ceará”, nestas duas folhas diárias concentravam-se críticos ferrenhos das ações políticas de Nogueira Accioly.

Por seu turno, como estratégia do governo tanta a Guarda Cívica como a infantaria e a cavalaria do Batalhão de Segurança participavam das repressões as manifestações de ruas em Fortaleza. Segundo relata Hermenegildo Firmeza,

*Havia, então, um esquadrão de cavalaria capaz de todas as arbitrariedades e cuja aproximação todos tremiam. Ficou mesmo clássica a ameaça – ‘**Lá vem a cavalaria!**’, que era suficiente para estabelecer o pânico na multidão (FIRMEZA, 1963; 28). (Grifos do autor)*

Exemplo do pânico causado pelo Esquadrão da Cavalaria foi a noite de 29 de dezembro de 1911 onde ocorreu um intenso confronto em um dos cafés da praça do Ferreira. No “Café do Commercio” encontravam-se alguns senhores conversando sobre a sucessão do Sr. Accioly. Encontravam-se nas imediações da praça homens da Guarda Cívica e um piquete de cavalaria do Batalhão de Segurança fazendo o policiamento e observando o falatório no “Café do Commercio”. Por volta das 7 horas e 30 minutos algumas crianças começaram a distribuir panfletos políticos. Imediatamente os policiais investiram contra quem estava no “Café do Commercio”. A troca de tiros foi intensa entre policiais e os que estavam armados de revólveres. No dia 30 de dezembro “foi profusamente distribuído um boletim narrando o fato da agressão da força pública, atacando em linguagem virulenta o governo do Estado e convidando o povo para a revolução” (TEÓPHILO, 1914, p. 91).

O ano de 1912 começou bastante conturbado. Todos os dias fundavam-se associações para apoiar o Coronel Marcos Franco Rabelo que era o candidato da oposição. Os *meetings* continuavam a acontecer e a repressão policial a cada dia se intensificava. Os partidários do governo, por meio do seu órgão oficial “República”, intensificavam as críticas sobre os manifestantes afirmando que não passavam de arruaceiros, garotos e engraxates.

Formou-se a Liga Feminista Franco Rabelo encabeçada pelas senhoras D. Elvira Pinho, D. Maroca Sombra e D. Adelaide Amaral. Por meio de panfletos convidaram a população fortalezense para um préstito no domingo, 14 de janeiro de 1912.

Realizou-se efetivamente, na tarde do dia 14, o grande préstito da Liga Feminista Franco Rabelo, em homenagem ao seu candidato a presidência do Ceará no futuro quadriênio. Abria marcha à bandeira brasileira, conduzida pelo Sr. Manoel Franco; seguia-se belíssimo estandarte auriverde da sociedade Liga Feminista (...).(TEÓPHILO, 1914, p. 103).

No domingo, logo após a passeata da Liga Feminista, ocorreu uma passeata da Liga Infantil.

A passeata saiu as quatro e meia horas da tarde da praça Marques de Herval e subiu pela rua General Sampaio. As crianças iam todas vestidas de branco, com laços de fita auriverde no peito sob uma pequena medalha com retrato de Franco Rabelo. Todas as Ligas Rabelistas se faziam representar com seus estandartes. Uma multidão de mais de oito mil pessoas acompanhava o préstito aclamando em delírio o futuro presidente do Ceará (TEÓPHILO, 1914, p. 103).

Ao chegar à praça do Ferreira deparam-se com dois piquetes de cavalaria do Batalhão de Segurança (um na face sudoeste com vinte policiais e outro na face nordeste). Muitas pessoas encontravam-se nas calçadas e nos cafés nas imediações da praça. Assustadas com a cavalaria da polícia puseram-se a ir para casa. Em um determinado momento ouviram-se tiros em uma das extremidades da praça, justamente onde se situava uma das cavalarias. Os homens da cavalaria empunhavam mosquetões (FIRMEZA, 1963; 30). Os soldados investiram “sobre a massa popular, atirando sobre ela e esmagando os que caía à pata de cavalo.” (TEÓPHILO, 1914, p. 112). No café Art-Nouveau, apinhado de crianças e senhoras, achavam-se homens armados que fizeram frente aos policiais a tiros de revólveres.

Um grupo de homens compostos pelos senhores, José Carvalho, industrial, José Colares, negociante, Raimundo Assunção, empregado da Estrada de Ferro de Baturité, Octávio de Souza, empregado do comércio, Manoel Caminha, empregado do comércio, Carlos Rocha e Vicente Antunes da Paz, todos armados de rifles percorreram na cala da noite alguns bairros da cidade (TEÓPHILO, 1914).

No bairro Jacarecanga¹¹, em frente à casa do Sr. Alfredo Salgado¹², encontrava-se um bonde que não pode mais sair, pois uma parte do grupo supracitado fez-no de barricada. Entrincheirados, os senhores José Carvalho, Otávio de Souza e Manoel Caminha, fizeram fogo cerrado sobre a casa do Sr. José Accioly (filho do Sr. Nogueira Accioly) e em contrapartida os policiais que faziam a guarda da residência atiravam em direção ao bonde. Importante notar que nestes confrontos havia uma forte participação dos empregados do comércio, como Otávio de Souza e Manoel Caminha que se armaram de rifles, na noite de 21 de janeiro de 1912. Muitos estavam no movimento para a deposição de Nogueira Accioly ao lado dos empregadores.

Voltando para os tumultos urbanos, no dia 22 de janeiro logo após os conflitos a praça do Ferreira estava ocupada tanto pela cavalaria do Batalhão de Segurança como pela Guarda Cívica. A força policial no Palácio do Governo foi reforçada por mais de duzentos policiais e a Secretaria de Justiça foi transformada em quartel com a presença de muitos policiais. A polícia ainda concentrou-se na Intendência Municipal e no edifício da Assembléia.

Diante da situação um grupo de negociantes reuniu-se, logo no dia 22 de janeiro, em assembléia geral no edifício da Associação Comercial. Puseram-se logo a levantar barricadas. A principal barricada era a da Travessa 24 de janeiro (hoje rua Guilherme Rocha), pois se situava defronte ao Palácio do Governo do Estado. De toda forma, muitos eram os grupos armados de rifles e revólveres tanto no centro da cidade como nos subúrbios. Estes grupos que rondavam a cidade destruíram a Avenida Nogueira Accioly, tirando as placas, quebrando estátuas, jarros e bancos. Incendiaram um café que se situava na praça Marquez de Herval. Nestas revoltas urbanas percebe-se momentos de inversão, nos quais emergem significados ocultos, ou melhor, a leitura que é feita por uma maioria marginalizada. Quebrar, destruir a Avenida Nogueira

¹¹ À época configurava-se como um bairro nobre da cidade.

¹² Comerciante que mantinha relações comerciais com a Inglaterra.

Accioly era uma forma de instituir um contra-teatro no qual se teatralizava a deposição da “oligarquia accioly”. Talvez, os símbolos da oligarquia incomodassem cotidianamente os fortalezenses excluídos. A revolta urbana configurava-se como um momento atípico no qual as insatisfações e as regras do jogo eram postas as vistas.¹³

Durante à tarde do dia 22 de janeiro homens armados de rifles, em sua maioria empregados do comércio e artistas (operários), “viraram alguns bondes no bairro Benfica” (TEÓFILO, 1914, p. 124) e depois arrancaram os trilhos fazendo com que o tráfego fosse interrompido. Neste mesmo bairro o negociante Sr. José Vale (dono de uma mercearia) entrincheirou-se em uma das frentes do seu estabelecimento. O negociante fazia o “policimento” contando com alguns de seus empregados armados¹⁴. O objetivo era interceptar o acesso a Fortaleza, pois o seu estabelecimento comercial ficava em um ponto estratégico da cidade que interrompia a entrada de mantimentos para as tropas da polícia.

No centro de Fortaleza as tensões aumentavam a passos largos, em telegrama de 22 de janeiro o Sr. Nogueira Accioly implorava ajuda ao inspetor militar Coronel José Faustino da Silva, pedia-lhe: “mais o relevante serviço de fazer verificar se é exato que os arruaceiros desalojaram a guarda da Cadeia Pública e tomaram conta desta, e neste caso, de mandar uma força Federal guarnecer aquele edifício.”¹⁵ No dia 23 de janeiro, outro telegrama do Sr. Accioly, direto do Palácio do Governo é enviado para o inspetor militar Coronel José Faustino, dizendo que: “Aqui também tem caído muitas balas, sendo que uma delas matou um soldado no vestibulo”¹⁶.

O palácio do Governo estava totalmente cercado de barricadas e os telhados das casas que circundavam o edifício estavam ocupados por revoltosos armados. Além do cerco cortaram os encanamentos de água e gás de iluminação do palácio. O inspetor Coronel José Faustino, em telegrama datado de 24 de janeiro, comunicava que: “cidade

¹³ Sobre “teatro”, “contra-teatro”, teatralização ver: (THOMPSON, 2001, pp. 227-263); (DARNTON, 1986, pp. 103-139).

¹⁴ Fabiane Popinigis lembrou no que concerne ao Rio de Janeiro, “(...) que as relações de proximidade entre empregado e empregador que o pequeno comércio proporcionava obedeciam ao acordo mútuo que se firmava nesse tipo de relação: recebia-o em sua casa (o que não era necessariamente uma vantagem!), ensinava-lhe o ofício e ‘protegia’ o empregado. Mas em troca exigia ‘fidelidade’ incondicional – o que significava exploração contínua e sem limites do trabalhador”. (POPINIGIS, 2007, p. 174).

¹⁵ Telegrama do Sr. Nogueira Accioly ao Coronel José Faustino da Silva, 22/01/1912.

¹⁶ Telegrama do S. Nogueira Accioly ao Coronel José Faustino da Silva, 23/01/1912.

desde dia 22 em plena anarquia, bandos de populares armados atacando guardas policiais, edifícios públicos, pondo-se em debandada, outros entrincheirados em pontos estratégicos oferecendo tenaz resistência; polícia sempre posta em fuga, seu efetivo já muito reduzido por baixa e deserção (...)”¹⁷. No dia 25 de janeiro, o Sr. Nogueira Accioly devido aos protestos urbanos iniciados na noite de 21 de janeiro renunciou e embarcou para o sul no vapor “Pará” com alguns familiares e amigos próximos.

Logo após a deposição do Sr. Nogueira Accioly assumiu a presidência do estado o interventor Coronel Antonio Frederico de Carvalho Motta que efetuou algumas mudanças nas forças policiais. Foi dissolvida a Guarda Cívica e organizado outro corpo policial que segundo o Coronel Antonio Motta foi “composto de cidadãos escolhidos, que compenetrados da lei oferecesse melhor garantia à manutenção da ordem pública”¹⁸. Devido às muitas deserções no Batalhão de Segurança o então presidente em exercício dissolveu, também, o Batalhão e o Esquadrão de Cavalaria. A organização da nova Força Pública, denominada Batalhão Militar, ficou ao encargo do 1º tenente do Exército João Pinheiro da Costa. A nova “polícia civil” e o Batalhão Militar ficariam responsáveis pelo policiamento da Capital, já as localidades do interior ficariam ao encargo de uma Companhia Volante composta por 190 praças.

Para finalizar, é importante destacar que depois de 1912 muitas reformas na polícia aconteceram, principalmente, na gestão do Chefe de Polícia Dr. José Eduardo Torres Câmara entre 1916 a 1919. Neste período, pelo que se está percebendo, ocorreu uma série de transformações na concepção de polícia a nível local/nacional/internacional¹⁹. No caso particular de Fortaleza entre 1896 a 1912 a organização policial parece ter sido pautada em interesses privados e a partir de 1916 ocorreu uma espécie de “reforma policial moralizadora” com a tentativa de implantação das novas técnicas de investigação policial que chegavam da Europa²⁰.

¹⁷ Telegrama do Coronel José Faustino da Silva ao Ministro da Guerra, 24/01/1912.

¹⁸ Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa do Ceará pelo presidente do Estado Coronel Antonio Frederico de Carvalho Motta, em 1º de julho de 1912.

¹⁹ Para algumas reformas policiais que ocorreram na França, Inglaterra e Estados Unidos na passagem do século XIX para o XX, ver: LÓPEZ, Laurent. Les gendarmes et la création des brigades du Tigre à la Belle Époque. *Criminocorpus, revue hypermédia [En ligne] Histoire de la Police*, Articles. Mis en ligne Le 01 janvier 2009. URL: <http://criminocorpus.revues.org/267>. SOUZA, Luís Antonio Francisco de. Autoridade, violência e reforma policial. A polícia preventiva através da historiografia de língua inglesa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 12, nº 22, 1998, p. 265-293.

²⁰ Ver: FONTELES NETO, Francisco Linhares. “O ‘Bobby’ nos trópicos? Considerações sobre a

República, instituição policial e oligarquia: algumas considerações finais

Mediante o que foi exposto durante o ensaio, percebe-se, por enquanto, que a formação da polícia durante a “Oligarquia Accioly” teve como uma de suas marcas os interesses particulares. Possivelmente, a instituição policial tornou-se na “República Velha” “objeto de manipulação política usada como mecanismo de gestão privada de conflitos” (SOUZA, 2010; 84).

No mais, deve-se ter o cuidado em alargar a leitura sobre a polícia e percebê-la como uma instituição que, também, “estabelece suas próprias relações de conflito e acordo com as elites, o Estado e os grupos populares” (MAUCH, 2004; 36). Não se deve cair no reducionismo de enxergar a polícia apenas como um instrumento de manipulação de um poder externo.

Provavelmente, para se entender a instituição policial em Fortaleza no período entre 1896 e 1912 haja a necessidade de relacionar três elementos: República, Instituição Policial e Oligarquia. Este trinômio permite vislumbrar como os aparatos policiais foram constituindo-se na capital cearense no início do período republicano.

Enfim, há possibilidades que a polícia no final do século XIX e início do século XX em Fortaleza tenha se organizado, não através de um projeto burguês de construção do Estado Nacional, mas da intersecção de uma “doutrina militar policial”, de interesses políticos particulares (famílias, grupos políticos) e da realidade das ruas experienciada pelos policiais²¹.

Bibliografia:

ANDRADE, João Mendes de. *Oligarquia aciolina 1877-1930*. Recife: UFPE, Dissertação de Mestrado em História, 1986.

BRETAS, Marcos. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

ESPADA LIMA, Henrique. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

tentativa de reestruturação da polícia da capital cearense 1916-1919”. *História Social*, n. 16, 2009.

²¹ Marcos Bretas, sobre a polícia do Rio de Janeiro, afirma que a mesma não foi “o resultado da aplicação de um projeto burguês, mas a construção resultante de respostas dadas a necessidade reais e imediatas, transformadas em saber institucional.” (BRETAS, 1997).

- DALLARI, Dalmo de Abreu. *O pequeno exército paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1877.
- DARNTON, Robert. Os trabalhadores se revoltam: o grande massacre dos gatos na rua Saint-Séverin. In: *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- FIRMEZA, Hermenegildo. *A revolução de 1912 no Ceará*. Revista do Instituto do Ceará, 1963.
- FONTELES NETO, Francisco Linhares. “O ‘Bobby’ nos trópicos? Considerações sobre a tentativa de reestruturação da polícia na capital cearense 1916-1919”. *História Social*, n. 16, 2009.
- _____. *Vigilância, impunidade e transgressão: faces da atividade policial na capital cearense (1916-1930)*. Fortaleza: UFC, Dissertação de Mestrado, 2005.
- HOBBSAWM, Eric. Cidades e insurreições. In: *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2003.
- LEAL, Claudia Feirarbend Baeta. *Pensiero e dinamite: anarquismo e repressão em São Paulo nos anos 1890*. Campinas: Tese de Doutorado em História, 2006.
- LÓPEZ, Laurent. Les gendarmes et la création des brigades du Tigre à la Belle Époque. *Criminocorpus, revue hypermédia [En ligne] Histoire de la Police*, Articles. Mis en ligne Le 01 janvier 2009. URL: <http://criminocorpus.revues.org/267>.
- MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004.
- PEDROSO, Regina Célia. *Estado autoritário e ideologia policial*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2005.
- PEREIRA, Leonardo. *As barricadas da saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Perceu Abramo, 2002.
- PIMENTA, Joaquim. *Retalhos do passado: (Tauá - Fortaleza)*. Ed. Fac-similar. Fortaleza: Fundação Waldermar Alcântara, 2009.
- POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)*. Campinas: Unicamp, 2007.
- ROSEMBERG, André. *De chumbo e festim: uma história da polícia paulista no final do império*. São Paulo: USP/FAPESP, 2010.
- SOUZA, Luís Antonio Francisco de. Ordem social, polícia civil e justiça criminal na cidade de São Paulo (1889-1930). *Revista de História*, 162 (1º semestre de 2010), pp. 179-204.
- _____. *Lei, cotidiano e cidade: polícia civil e práticas policiais na São Paulo republicana (1889-1939)*. São Paulo: IBCCRIM, 2009.
- _____. Autoridade, violência e reforma policial. A polícia preventiva através da historiografia de língua inglesa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 12, nº 22, 1998, p. 265-293.
- STUART, Barão de. *Datas e Fatos para a história do Ceará*. Edição fac-similar. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

TEÓFILO, Rodolpho. *Libertação do Ceará: Queda da Oligarchia Accioly*. Lisboa: Typographia Editora Limitada, Edição Fac-Similar, 1914.

THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva (org.) *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.